



Índice

- 01** [Emater orienta famílias atingidas por enchente em Oriximiná](#)
- 02** [Índios levam barcos e carros de Dsei em MT para cobrar melhoria na saúde](#)
- 03** [No AM, defesa de índios acusados de triplo homicídio cita falha em inquérito](#)
- 04** [AGU impede registro de terras indígenas no Maranhão por particulares que ocuparam irregularmente o local](#)
- 05** [Serra do Gandarela é transformada em parque nacional](#)
- 06** [Projeto Pacto das Águas estimula conservação da floresta a partir da geração de renda](#)
- 07** [Governo incentiva o esporte com construção de quadras em escolas do interior do Estado](#)
- 08** [Funai inicia levantamento sobre índios encarcerados em Roraima](#)
- 09** [TRF derruba liminar de reintegração de fazenda ocupada por índios em Palmas](#)
- 10** [Novo presidente da Funai pode ser convocado pela Câmara dos Deputados](#)
- 11** [CEFRR realiza credenciamento de profissionais para atuar nos cursos de formação continuada](#)
- 12** [Time indígena pode disputar a Copa São Paulo de Futebol Júnior em 2015](#)
- 13** [Parque Nacional criado não protege a serra e as águas do Gandarela](#)
- 14** [Nota do povo Pataxó no extremo sul da Bahia](#)
- 15** [Projeto socioambiental leva esperança à comunidade ribeirinha](#)



- 16** Novas Unidades de Conservação atendem reivindicações da sociedade
- 17** Ação do CQC é bem recebida pela população e arrecada doações
- 18** DebatePapo abordará cultura negra na Biblioteca Oliveira Silveira
- 19** Indígenas do Vale do Javari votam dentro de sua terra nas eleições de 2014
- 20** Guarani-Kaiowá denuncia negligência do governo no Comitê dos Direitos Humanos
- 21** Em defesa de seus direitos, lideranças Guarani-Kaiowá convocam coletiva de imprensa no STF,

hoje, às 15h30

- 22** "Não queremos guerra. Queremos viver em paz em nossas terras"
- 23** Amazônia: uma história de resistência e luta
- 24** Sindsep promoverá debate sobre a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena
- 25** Guerreiros e índios
- 26** Moradores da área de Cajueiro denunciam empresa de vigilância
- 27** Vitória Quilombola: aprovada na Câmara dos Deputados emenda que isenta Terras

Quilombolas do ITR e repara injustiça na cobrança do Imposto

- 28** MS – Ameaça a líder guarani-kaiowá reascende alerta sobre violência contra indígenas



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

01 Emater orienta famílias atingidas por enchente em Oriximiná
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 14.10.2014

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Trinta famílias, moradoras de quatro comunidades ribeirinhas à margens do Rio Cachoeiry, no município de Oriximiná, no oeste do Estado, contempladas com crédito rural emergencial após as enchentes do Rio Trombetas, em 2012, receberam acompanhamento de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), nos últimos dias 09 e 10 de outubro. Os técnicos deram orientações sobre produção agrícola, defensivos naturais e vencimento das parcelas do financiamento do Banco da Amazônia. Os valores provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Linha Emergencial, que alcançaram R\$ 12 mil, foram destinados à reconstrução das residências, cercas e currais, e ainda a investimentos na produção de hortaliças. Foram atingidas pela cheia as comunidades Santo Antonio, São José, Aparecida e Nossa Senhora das Graças.



02 Índios levam barcos e carros de Dsei em MT para cobrar melhoria na saúde
SÍTIO EXPRESSO MT, 00.00.2013

Dois barcos, um caminhão e um carro de passeio foram levados em protesto. Indígenas mantiveram coordenador do Dsei refém por quatro dias.

Fonte: Pollyana Araújo/G1 MT

Um grupo de índios da etnia Karajá invadiu nesta terça-feira (14) a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), em São Félix do Araguaia, a 1.159 km de Cuiabá, e levou dois barcos, um carro de passeio e um caminhão, de propriedade da instituição, para a Aldeia Fontoura, que fica na Ilha do Bananal, no Tocantins. Eles cobram uma reunião com um representante do Ministério da Saúde e, por esse mesmo motivo, sequestraram, na semana passada, o coordenador do Dsei de São Félix do Araguaia.

No momento em que os índios pegaram os veículos que estavam no pátio do Dsei não havia ninguém no prédio. Um dos funcionários da instituição havia informado ao G1 no início da manhã que os índios tinham ameaçado ir até o local em protesto contra o resgate do coordenador, Milton Martins de Souza. Desse modo, eles deixaram o local antes da chegada do grupo.

Milton deixou a aldeia Fontoura na noite desta segunda-feira (13) com a ajuda de funcionários do Dsei de São Félix do Araguaia, que foram até a Ilha do Bananal de barco para resgatá-lo. Para ter acesso à aldeia, onde o coordenador estava em poder dos indígenas desde quinta-feira (9), é preciso navegar pelo Rio Araguaia, entre Mato Grosso e o estado vizinho.

Um dos líderes indígenas, Samuel Karajá, contou que o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, entrou em contato com eles por telefone e teria prometido ir até a comunidade nesta terça-feira. "Agora que o coordenador deixou a aldeia, eles não vão mais querer vir conversar com a gente", avaliou.

A assessoria de imprensa da Secretaria Geral da Presidência informou que o secretário está em férias e o substituto dele está no Amazonas, onde participa de uma cerimônia de assinatura de um convênio de agroecologia. Alegou ainda que nenhuma reunião está prevista pelo secretário em exercício com os indígenas da região Araguaia.

Samuel Karajá informou que os barcos e os veículos foram levados para a aldeia Fontoura e que só devem ser liberados após reunião com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

Saúde. Os indígenas reivindicam, principalmente, melhorias na saúde, já que, segundo eles, faltam medicamentos nas unidades.

Além da realização de licitação para a compra de remédios, eles cobram a renovação de contratos dos pilotos de embarcação responsáveis pelo transporte de pacientes da Ilha do Bananal para São Félix do Araguaia, cidade mais próxima. Os contratos, conforme o líder indígena, já venceram há mais de dois meses e os pilotos, boa parte deles índios, estão trabalhando sem receber salário.

Os índios alegam que muitas pessoas morrem por falta de remédios nos postos de saúde. Alguns deles, Luiz Carlos Mauri Karajá, comprar medicamentos com o dinheiro do próprio bolso, mas aqueles que não tem condições financeiras de adquirir a medicação acabam perecendo.

Na sexta-feira (10), o Ministério da Saúde disse, por meio de nota, que o secretário especial de Assistência à Saúde Indígena, Antônio Lopes, iria se reunir com os índios somente se liberassem o coordenador do Dsei.

03 No AM, defesa de índios acusados de triplo homicídio cita falha em inquérito
SÍTIO G1, 14.10.2014

'Lambança da defesa', diz advogado que representa famílias de vítimas.
Adneison Severiano

Do G1 AM



Índios da etnia Tenharim negam crimes (Foto: Larissa Matarésio)

A defesa dos índios presos acusados de triplo homicídio no Sul do Amazonas aponta supostas fragilidades da investigação desempenhada pela Superintendência da Polícia Federal em Rondônia. Os crimes ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva Tenharim, em Humaitá, município distante 591 km de Manaus. Atualmente, cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes.

Dez meses após as mortes, a defesa dos tenharim revelou ao G1 supostas fragilidades da investigação desempenhada pela Superintendência da Polícia Federal em Rondônia. Segundo o advogado Adelar Cupsinski, do Conselho Indigenista Missionário (CIM), que integra equipe de defesa dos indígenas, há falhas na investigação.

"Uma das vítimas tinha juras de morte. Isso foi relatado pelo próprio irmão de uma das vítimas, mas não foi considerado no inquérito. No momento certo vamos colocar essas questões. Há muitas falhas no inquérito e a posição dos índios precisa ser considerada. Os índios confiam na justiça e dizem que são inocentes, nós estamos acompanhando o caso de perto. Todas as aldeias negam a imputação feita aos presos", disse o advogado de defesa sem se aprofundar nas outras supostas falhas.

Já o advogado Carlos Evaldo Terrinha, que representa as famílias das vítimas, rebate a informação e diz que não houve ameaças a nenhum dos três homens. Ele também defendeu o resultado das investigações.

CONT.



Advogado de familiares das vítimas negam ameaças (Foto: Larissa Matarésio/G1)

"Na verdade é tudo lambança da defesa porque todo trabalho foi feito minuciosamente e o laudo antropológico do final do inquérito é uma verdadeira aula de direito processual penal. Evidentemente que eles falam no sentido de anular o processo. Tanto é verdade que a denúncia do Ministério Público Federal perfeita. O MPF não encontrou nenhuma falha, logo o inquérito está perfeito", comentou Carlos Terrinha.

Procurada pelo G1, a Polícia Federal disse que se manifestará somente nos autos do processo, durante o curso normal da ação criminal e que as investigações já estão encerradas. O juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde a ação criminal tramita, explicou que se houve ou não falha na investigação será analisado no julgamento.

Vingança

A suspeita é de que os crimes tenham sido resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro do ano passado. Dois filhos do líder indígena estão presos por suposta participação nos assassinatos dos três homens.



Aldeia dos índios Tenharim, em Humaitá, no Sul do Amazonas (Foto: Larissa Matarésio/G1 AM)

No inquérito, de acordo com o representante das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena.

CONT.



"Durante a pajelança, um pajé chamado de Satan disse que o cacique Ivan Tenharim tinha sido atropelado por um carro preto e o líder da comunidade era para ser feita providências imediatamente. Para o azar dos três cidadãos, que passam naquele dia pelo local, foram executados. Nada mais que vingança contra inocentes", contou o advogado Carlos Terrinha.

Entenda o caso

O vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. As investigações apontam que as três vítimas foram assassinadas a tiros no dia 16 de dezembro de 2013, ainda dentro do veículo no qual seguiam em viagem pela Rodovia Transamazônica (BR-230) com destino ao município de Apuí. Conforme a denúncia, os corpos foram ocultados e encontrados durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica somente no dia 3 de fevereiro de 2014.

De acordo com a defesa das vítimas, dois dos homens mortos conheciam os índios suspeitos e até participavam de atividades sociais juntas. "Duas das três vítimas conhecia os índios presos e tinha uma relação amistosa com eles. O Aldeney jogava bola com eles na aldeia e o Luciano vendia produtos para os índios. O Stef era o único que não tinha nenhuma relação com esse grupo de indígenas", afirmou o advogado.

04 AGU impede registro de terras indígenas no Maranhão por particulares que ocuparam irregularmente o local

SÍTIO ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, 14.10.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) assegurou, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a nulidade de registro de posse por usucapião a pedido de particulares que ocupavam ilegalmente terras indígenas localizadas no Parque Nacional do Gurupi, no Estado do Maranhão. Os procuradores informaram que a área invadida é posse imemorial dos índios Urubu-Kapor e Guajá.

A AGU, representando a Fundação Nacional do Índio (Funai), ajuizou ação para anular a declaração de títulos de registro imobiliário relativo a terra "Barra da Jurema" e "Itapoema". De acordo com a Advocacia-Geral, o imóvel teria sido desmembrado do patrimônio público por meios artificiosos e fraudulentos.

A Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1), as procuradorias Federal e da União no Estado do Maranhão (PF/MA e PU/MA) e as procuradorias federais Especializadas junto à Fundação (PFE/Funai) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (PFE/Ibama) afirmaram que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são imprescindíveis para as atividades de pesca, caça, plantio de alimentos, sítios culturais, e que jamais poderiam ter sido registradas em nome de particulares.

As unidades da AGU argumentaram também que a Constituição Federal de 1934 consagrou a ocupação indígena como modo de aquisição originária da propriedade. Destacaram, ainda, que o artigo nº 231 da atual legislação declara "nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, sem qualquer direito de indenização, salvo em relação às benfeitorias derivadas de ocupação de boa-fé".

No julgamento, a 4ª turma do TRF da 1ª Região acolheu a tese apresentada pela AGU e reconheceu que os particulares agiram de má-fé, "Os réus não conseguiram afastar a presunção de que as terras integraram o patrimônio público. Restou evidenciado que, desde o início, houve fraudes. Houve grilagem de terras, porque a União não repassou os imóveis para o particular. Não há dúvidas de que essas terras jamais passaram ao domínio privado, de forma regular e legítima" disse trecho da decisão.

No mesmo julgamento o Tribunal também reverteu decisão que condenava, indevidamente, o Ibama e a União a indenizar os particulares pela desapropriação de imóveis na reserva indígena.

A PRF 1ª Região, a PF/MA, a PFE/Funai e a PFE/Ibama são unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF). A PU/MA é unidade da Procuradoria-Geral da União (PGU). A PGF e a PGU são órgãos AGU.

Ref.: Processo nº 48-60.1974-4.01.3700/MA - TRF da 1ª Região

Assessoria de Comunicação

05 Serra do Gandarela é transformada em parque nacional
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Cachoeira do Viana, localizado na divisa de Rio Acima com Itabirito, na Serra do Gandarela (Foto: Paulo Baptista)

Área situada no território de oito municípios das regiões metropolitana e Central de Minas Gerais será administrada pelo instituto Chico Mendes

Cristiane Silva, [Estado de Minas](#)

Foi publicado nesta terça-feira, no [Diário Oficial da União \(DOU\)](#), o decreto que cria o Parque Nacional da Serra do Gandarela. A área compreende os municípios de Nova Lima, Raposos, Caeté, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, e é considerada a última cadeia de montanhas intocada pela mineração no quadrilátero ferrífero, integrando o conjunto da Reserva da Biosfera do Espinhaço. A criação do parque era reivindicada por moradores dos municípios e diversas entidades em prol do meio ambiente há pelo menos cinco anos. A área também abriga vestígios de animais pré-históricos.

A criação do parque visa garantir a preservação das amostras de patrimônio biológico, geológico, cavernas e cursos d'água no local. O parque também abriga campos rupestres. O decreto, assinado pelo governo federal, define a área de proteção e estabelece que ficam excluídas da área do parque os trechos necessários a operação e manutenção das linhas de distribuição de energia elétrica existentes (Taquaril – Mariana 1, Subestação Santa Bárbara 1, Santa Bárbara 1 – Mineração Serra Geral, Ouro Preto 2 -Mariana 1 seus acessos).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

O Parque Nacional da Serra do Gandarela será administrado pelo Instituto Chico Mendes, que será responsável por adotar as medidas de controle, proteção e implementação da reserva.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



06 Projeto Pacto das Águas estimula conservação da floresta a partir da geração de renda
SÍTIO CENÁRIO MT, 14.10.2014

Estimular e consolidar estratégias de desenvolvimento econômico pautadas na manutenção da floresta e respeito a cultura das populações. Este é o principal objetivo do projeto Pacto das Águas, patrocinado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental, que há oito anos atua na região Noroeste de Mato Grosso e Sudeste de Rondônia.

O carro-chefe do projeto é o manejo da castanha-do-Brasil, mais conhecida como castanha-do-Pará, e do látex. Nessas duas frentes, o projeto já envolveu mais de 3 mil pessoas em atividades de manejo florestal comunitário que produziram quase duas mil toneladas de castanha com casca entre, 2006 e 2014, além de 90 toneladas de látex de seringueiras nativas. Esses números representam a geração de mais de R\$ 5 milhões em renda para as comunidades em atividades sustentáveis na Amazônia.

Atualmente, vários povos indígenas integram essa iniciativa entre eles os Cinta Larga das Terras Indígenas Serra Morena e Parque Indígena Aripuanã, os Rikbaktsa da Terra Indígena Japuira, os Gavião e os Arara da Terra Indígena Igarapé Lourdes. Além destes povos, os seringueiros da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, a única nesta categoria em Mato Grosso, também estão nessa rede.

De acordo com Plácido Costa, coordenador do projeto Pacto das Águas, mais do que a renda gerada, essas iniciativas oportunizam alternativas ao desmatamento e outras atividades insustentáveis na Amazônia. "Esse projeto nasceu do desejo de seringueiros, povos indígenas e agricultores familiares do noroeste da Amazônia mato-grossense e do sudeste de Rondônia em construir alternativas ao modelo de ocupação predominante nessa região, pressionada pelo avanço das frentes de desmatamento", explica.

Além de ser considerada como uma das mais bem sucedidas experiências em alternativas de geração de renda pautadas na conservação das florestas na Amazônia, o Pacto das Águas ajuda a garantir a produção de 2 mil hectares de floresta amazônica, considerando a área ocupada pelos povos participantes do projeto.

Para viabilizar o extrativismo da castanha-do-Brasil e do látex, o projeto prepara a formação de agentes ambientais indígenas, gestores de mercados das associações e grupos de lideranças. Além disso, são oferecidas capacitações para jovens e mulheres nas áreas de manejo, gestão de negócios e em outras áreas como o associativismo e cooperativismo, envolvendo em média 300 pessoas.

O Pacto das Águas também apoia a captação e gestão de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

da Companhia Nacional de Abastecimentos (Conab) tanto para a gestão dos negócios da castanha quanto para valorização do trabalho das mulheres, a agrobiodiversidade nas roças e a segurança alimentar nas escolas indígenas, com o fornecimento da merenda com cardápio tradicional através de grupos de mulheres indígenas. Além do patrocínio da Petrobras, o projeto estabeleceu uma extensa rede de parceiros como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Também fazem parte da rede associações de povos indígenas e tradicionais, cooperativas como a Coocaram e empresas com a Inovar e Castanhas Rondônia.

07 Governo incentiva o esporte com construção de quadras em escolas do interior do Estado
SÍTIO SURGIU, 14.10.2013

De acordo com Hagda, as obras vão fortalecer o ensino e a aprendizagem nas unidades onde serão executadas



Os alunos da Escola Estadual Osvaldo Franco, em Porto Nacional, e do Centro de Ensino Médio Florêncio Aires, em Araguatins, serão beneficiados com obras de construção de cobertura de quadras poliesportivas nas respectivas unidades escolares. As obras serão de fundamental importância no processo de integração entre escola e comunidade.

Para execução das obras, o governo do Estado já está realizando os tramites burocráticos e o investimento previsto é de R\$ 325 mil, como destaca a supervisora de convênios da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (Seduc), Hagda Maria Madureira. “Todos os tramites devem durar uma semana, duas no máximo, e já iniciam os trabalhos”, explicou.

Ainda de acordo com Hagda, as obras vão fortalecer o ensino e a aprendizagem nas unidades onde serão executadas. “Essas obras vão gerar melhoria no aprendizado, pois vão atender tanto a comunidade estudantil quanto a comunidade em geral. É um incentivo a mais para os alunos e professores”, ressaltou.

Escola Indígena

Também está em processo de licitação a construção de uma escola indígena, no município de Itacajá. “É uma escola de uma sala de aula, na aldeia Forno Velho, fruto de um convênio do FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], com contrapartida do Estado”, conforme destaca a supervisora de convênios. A iniciativa vai ao encontro da necessidade de fortalecimento da cultura indígena, por se tratar de um modelo de escola que trabalha diretamente nesse sentido.

Expectativas

A Escola Estadual Osvaldo Franco foi construída em 1953, ainda no tempo em que o Tocantins era norte de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

Goiás. De acordo com a diretora Lúzia Maria Tavares Maciel Luz Costa, a unidade atende atualmente a 1.300 alunos, distribuídos nos três turnos, e a construção da quadra é um sonho que foi alimentado ao longo do tempo.

“Com a temperatura que temos, a cobertura da quadra é de extrema necessidade. Vai favorecer a realização das atividades esportivas. Esse é um sonho de muitos anos. Temos funcionários que estão na escola há mais de 25 anos e nos relatam que os alunos, professores e toda a comunidade esperam por essa construção”, disse.

GOVERNO DO ESTADO

Foto: Manoel Lima Fonte: Cláudio Paixão Postador: Samuel Charles



08 Funai inicia levantamento sobre índios encarcerados em Roraima

SÍTIO G1, 14.10.2014

Ouvidoria do órgão visitou a Penitenciária Agrícola nesta terça-feira (14). Estado é o primeiro visitado pela equipe; trabalhos servirão de modelo.

Inaê Brandão
Do G1 RR

Uma equipe da ouvidoria da Fundação Nacional do Índio (Funai) está em Roraima para fazer um diagnóstico sobre a situação dos indígenas encarcerados no estado. A ação começou nesta terça-feira (14) na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

O projeto 'Atenção Integral a Indígenas em Situação de Encarceramento' procura entender a situação dos indígenas para o fomento de políticas públicas. Dentre os objetivos do levantamento, está identificar quais são os crimes cometidos com mais frequência pelos condenados, se residem em comunidades ou na cidade, além de verificar se a identidade cultural de cada etnia é preservada durante a execução da pena.

Roraima tem o maior número de indígenas do país, que corresponde a 11% de sua população, e é o primeiro estado a receber a equipe. Segundo a Funai, os trabalhos desenvolvidos deverão servir de modelo para os demais.

De acordo com dados do InfoPen, sistema do Ministério da Justiça que coleta dados penitenciários, existem hoje 748 indígenas presos no Brasil e, conforme dados da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania de Roraima (Sejuc/RR), a população indígena encarcerada no estado corresponde a 3% do total de presos. Entretanto, a Funai acredita que esses números são maiores.

Levantamento

Segundo a Sejuc, existem atualmente 86 indígenas cumprindo pena no estado. São 79 homens na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e 7 mulheres presas na Cadeia Feminina. As etnias mais comuns são a Macuxi, Wapixana e Ingarikó.

Ainda de acordo com a Secretaria, os crimes mais comuns entre os homens são homicídio, estupro, furto, roubo e, em minoria, tráfico de drogas. Entre as mulheres, a grande maioria está encarcerada por tráfico de entorpecentes.

A assessoria da Sejuc afirmou que, dentro dos presídios, os indígenas não recebem nenhum tratamento diferenciado e podem participar dos cursos de ressocialização como os demais detentos.



09 TRF derruba liminar de reintegração de fazenda ocupada por índios em Palmas

SÍTIO RBJ PALMAS, 14.10.2014

Kaingangs reivindicam os 90 aldeias da Fazenda Santa Maria pertencente ao proprietário, Miguel Kovati

Escrito por Ivan Cezar Fochzato

O desembargador Federal do Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª região, com sede em Porto Alegre, Rogério Favreto, suspendeu na noite de ontem (12) a decisão liminar que concedia reintegração de posse da fazenda Santa Maria, invadida por índios Kaingangs em Palmas, sul do Paraná, desde a madrugada de sexta-feira(10). A liminar de reintegração de posse em favor do proprietário, Miguel Angelo Kovati, foi concedida pelo Juiz Substituto, Inezil Penna Marinho Junior, da Justiça Federal de Pato Branco, no mesma data da ocupação.

É A SEGUNDA VEZ QUE OCORRE A OCUPAÇÃO DA FAZENDA PELOS KAINGANGS

PROPRIETÁRIO GARANTE DOCUMENTAÇÃO DE PROPRIEDADE DA ÁREA

Na ação de Agravo de Instrumento proposta pelo cacique, Mauri dos Santos, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Polícia Federal, o Ministério Público Federal sustenta que a decisão pela reintegração de posse foi proferida sem a prévia audiência da FUNAI e da União, como prevê a legislação. Ainda, que a área invadida encontra-se entre aquelas que estão sendo objeto de estudo para demarcação de áreas tradicionalmente indígenas.

Na decisão proferida as 23h14 de segunda-feira, o desembargador, Rogério Favreto, destaca a necessidade de oitiva da Funai e da União, conforme alegação do Ministério Público Federal, em fase anterior ao deferimento da referida liminar de reintegração e que ainda pairam dúvidas sobre os limites da propriedade objeto do pedido de reintegração, “ reforçando a cautela quando ao deferimento da desocupação”.

Documento eletrônico assinado pelo Desembargador ROGERIO FAVRETO, em regime de plantão, está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador 7105549v1 e, se solicitado, do código CRC 5697C59D.



10. Novo presidente da Funai pode ser convocado pela Câmara dos Deputados
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 14.10.2014

Em reunião da Frente Agropecuária nesta terça-feira, 14, o deputado federal Alceu Moreira defendeu a convocação pela Comissão de Agricultura do novo presidente da Funai, Flávio Azevedo, a fim de apresentar suas propostas à frente do órgão, hoje repleto de denúncias.

O deputado gaúcho é autor da CPI da Funai, proposta para investigar as fraudes em laudos antropológicos detectadas em processos demarcatórios em todo o país. A CPI tem as assinaturas necessárias, mas aguarda instauração por parte do Presidente da Câmara dos Deputados.



11 CEFORR realiza credenciamento de profissionais para atuar nos cursos de formação continuada
SÍTIO BV NEWS, 14.10.2014

Os interessados no Credenciamento devem se dirigir à Comissão Setorial de Licitação (CSL) da Secretaria Estadual de Educação e Desportos (SEED)

Por - Redação

O Centro Estadual de Formação dos Profissionais do Estado de Roraima (CEFORR), por meio do Edital de Credenciamento nº 02/2014 realiza processo de credenciamento de instrutores, palestrantes e tradutores para integrar o cadastro de profissionais que irão atuar nos cursos de formação continuada da unidade.

Estão disponíveis para credenciamento diversas áreas Psicologia, Educação Física, Pedagogia, Ciências Sociais, Antropologia, Licenciatura Intercultural, Filosofia, História, Informática ou Ciências da Computação, Letras, Matemática, Geografia, Química, Física, Biologia ou Ciências da Saúde.

O Credenciamento tem o objetivo de atender cursos como o Magistério Indígena “Tamí’kan”; Gestar Indígena; Línguas Maternas Indígenas Murumurutá; 1º Curso para tradutores e intérpretes de LIBRAS; Sistema Braille para professores das Salas de Recursos Multifuncionais; LIBRAS para professores das salas de recursos multifuncionais, entre outros.

O Credenciamento será dividido em três fases. A primeira é o recebimento da documentação de habilitação e conferência, sob responsabilidade da Comissão Setorial de Licitação (CSL) da Secretaria Estadual de Educação e Desportos (SEED).

A segunda fase será a análise técnica da documentação de habilitação e seleção das instituições, sob responsabilidade do CEFORR. A terceira e última fase será a apresentação para a CSL, do relatório da Comissão de Seleção e Avaliação, que será feita também pelo CEFORR.

Os profissionais selecionados receberão por hora de serviço efetivamente realizado, o valor varia entre R\$ 50 a R\$ 100 reais, conforme a categoria (instrutores, palestrantes e tradutores) e a titulação (Especialização, Mestrado, Doutorado e Licenciatura Intercultural – falante de Língua Indígena).

Não poderão participar do credenciamento profissionais que sejam servidores ou empregados públicos, integrantes do quadro pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta.

CONT.



INSCRIÇÃO

Os interessados no Credenciamento devem se dirigir à Comissão Setorial de Licitação (CSL) da Secretaria Estadual de Educação e Desportos (SEED), localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 146, Centro, para adquirir gratuitamente em mídia eletrônica, o Edital de Credenciamento. (É necessário levar um pen drive).

As inscrições também serão feitas na própria CSL, das 7h30 às 13h30. É preciso apresentar o formulário de inscrição preenchido, Curriculum Vitae, cópia do diploma de Graduação, Pós-Graduação, ou Doutorado, conforme a exigência prevista em edital.

Além de cópias de documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor com comprovante da última votação, comprovante de endereço com CEP, comprovante bancário com banco, código da agência e número da conta).

E ainda um endereço eletrônico (email), comprovação de tempo de experiência na área e declaração que atende o artigo 37, XVI da Constituição Federal. Os documentos deverão ser entregues em envelope devidamente lacrado. A documentação de credenciamento será recebida enquanto houver interessados.

Todas as demais informações sobre o Credenciamento como avaliação da documentação, critérios de desempate, documentos exigidos, formas de pagamento, entre outras, constam no Edital.



12 Time indígena pode disputar a Copa São Paulo de Futebol Júnior em 2015

SÍTIO GLOBO ESPORTE.COM, 15.10.2014

Quarta-feira, 15/10/2014 às 15:48 por Martín Fernandez

A Copa São Paulo de Futebol Júnior do ano que vem pode ter um time indígena. O Grêmio Osasco enviou uma comissão técnica para o interior do Amazonas, perto das fronteiras do Brasil com Colômbia e Peru, para recrutar e treinar um time formado apenas por índios.

A ideia foi do banqueiro Mario Teixeira, um dos mantenedores do Grêmio Osasco. Na Federação Paulista de Futebol, a ideia ainda é vista com ressalvas - ninguém na FPF ou no Grêmio Osasco fala abertamente sobre a possibilidade. A Copa São Paulo será disputada de 3 a 25 de janeiro, por atletas nascidos entre 1995 e 1999.



13 Parque Nacional criado não protege a serra e as águas do Gandarela
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela

O Parque Nacional da Serra do Gandarela foi criado pela Presidência da República, com área de 31 mil hectares, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) de 14 de outubro de 2014.

A criação de um Parque Nacional geralmente é motivo para comemoração, mas infelizmente neste caso não temos muito a festejar já que as alterações nos seus limites foram profundas e não atendem aos seus objetivos de conservação e as demandas de comunidades locais.

Os limites da nova Unidade de Conservação federal conforme estão no seu decreto de criação:

1. Deixaram de fora o trecho mais significativo da Serra do Gandarela, no qual estão a maioria dos atributos que justificam a criação do Parque Nacional, especialmente o “patrimônio biológico, geológico, espeleológico e hidrológico associado às formações de canga do Quadrilátero Ferrífero, incluindo os campos rupestres e os remanescentes de floresta semi-decidual, as áreas de recarga de aquíferos e o conjunto cênico constituído por serras, platôs, vegetação natural, rios e cachoeiras”, objetivos mencionados no decreto. Acrescenta-se a eles a paleotoca, trechos de mata atlântica primária e lagoas de altitude raras, todos retirados do parque criado.
2. Não garantiram a preservação das últimas grandes áreas remanescentes do geossistema de cangas ferruginosas da Região Central de Minas Gerais, que protegem e alimentam os aquíferos mais importantes para o abastecimento dos municípios do entorno da Serra do Gandarela, de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana.
3. Não respeitaram o pedido de comunidades dos municípios de Santa Bárbara e Barão de Cocais de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) complementar à área do Parque Nacional e avançaram sobre áreas nas quais estas comunidades desenvolvem atividades tradicionais como a apicultura, o manejo de flora e coleta de musgos, inviabilizando as mesmas e seu modo de vida. No entanto não fizeram o mesmo com as áreas propostas para a RDS que são de interesse da mineradora Vale – porção norte da Serra do Gandarela (Piaco) e Báu – deixando-as de fora dos limites do Parque Nacional criado.
4. Não abrangeram completamente a bacia do Ribeirão da Prata, deixando de fora algumas de suas mais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

importantes nascentes, o que compromete o principal curso de água da região da Serra do Gandarela, que sobrou para o futuro abastecimento de água de Belo Horizonte e sua região metropolitana, porque vai permitir que o mesmo seja impactado pela atividade mineradora.

A dimensão dos impactos negativos das alterações de limites da UC criada, no que se refere à preservação da Serra do Gandarela, de seus ecossistemas, das bacias hidrográficas classes Especial e 1 e bens arqueológicos e paleontológicos, contemplados originalmente na proposta original de delimitação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, é muito grande. Associados aos impactos negativos sobre as comunidades que solicitaram a RDS, tornam esta Unidade de Conservação, nos moldes de seu decreto de criação, inaceitável e exigem providências imediatas para corrigir as distorções.

Aguardamos desde junho de 2012, quando foram realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) seis consultas públicas, a criação do Parque Nacional e da RDS da Serra do Gandarela e estamos surpresendidos com este decreto.

A criação do Parque Nacional foi solicitada por nós em 2009, através da mobilização e articulação de inúmeros cidadãos e diversas entidades e movimentos que vinham lutando pela preservação da Serra do Gandarela desde 2007. O processo de criação desta Unidade de Conservação foi inédito no seu histórico no tocante à participação social, e todo este esforço e as conquistas desta participação foram ignoradas pelo governo federal.

Lamentamos, mas não podemos comemorar um Parque Nacional da Serra do Gandarela que deixa de fora a própria Serra do Gandarela e o que ela significa.

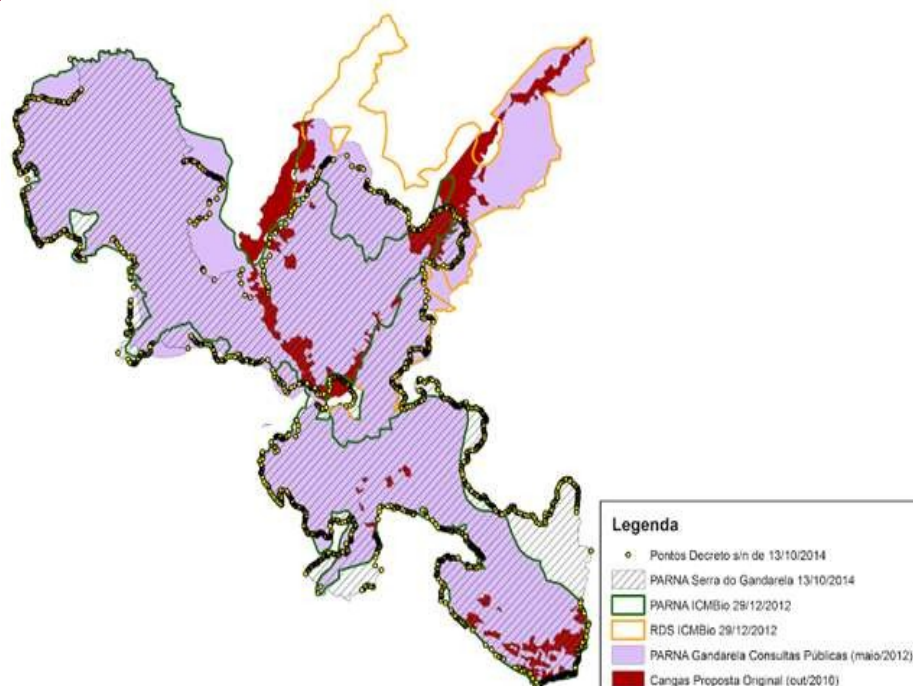
Não podemos comemorar a criação do Parque Nacional com limites que permitem a exploração mineral na região. Porque estas comprometem irremediavelmente a última reserva estratégica de água para o abastecimento dos municípios do seu entorno (Caeté, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Raposos e Rio Acima) e de Belo Horizonte e sua Região Metropolitana. Em tempos de graves situações de abastecimento de água e conflitos de uso, não faz sentido.

Esperamos que o governo federal reverta este fato!

Convocamos a todos a multiplicar estas informações para garantir a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável com os limites adequados.

Conheça os limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela no mapa abaixo e observe a legenda para entender as informações:

CONT.





14 Nota do povo Pataxó no extremo sul da Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

Diferente de muitas coisas que saíram na mídia, no dia 10 de outubro de 2014, nós, indígenas do Povo Pataxó, do Território de Barra Velha (extremo sul da Bahia) fechamos a BR 101, nos dois sentidos, com o objetivo de reivindicar que nossos direitos constitucionais sejam respeitados pelas autoridades brasileiras.

Queremos a regularização do nosso território e aguardamos resposta do governo federal sobre a posição política de paralisar os processos de demarcação dos territórios indígenas do Brasil e de manter vaga a presidência da Funai.

Nosso território, inicialmente delimitado em apenas 8 mil hectares para mais de 6 mil indígenas sempre foi insuficiente para garantir a existência presente e futura do nosso povo. Por isso em 2008 a Funai publicou relatório de revisão desses limites, mas o processo de regularização de nossas terras está parado há 6 anos na gaveta do Ministro José Eduardo Cardoso.

Sabemos que o Decreto 1775/96 determina um prazo de 30 dias para o Ministro da Justiça assinar e publicar a Portaria Declaratória que nos garante a demarcação física de nossas terras e o início do pagamento de benfeitorias aos fazendeiros, mas ao invés disso o Ministro se recusa a obedecer a lei. Da mesma forma a Funai, por orientação do Ministro, não publica o relatório de identificação de nossos parentes Pataxó do Território Cahy-Pequi, desobedecendo além da lei, também decisão judicial publicada em 24 de março de 2014.

Durante esses 6 anos de espera e luta pela sobrevivência muitos de nossos parentes foram assassinados, muitos de nós sofre com ameaças e com o preconceito dos não índios, muitas de nossas matas foram destruídas pelos invasores de nossas terras, que são fazendeiros, estrangeiros e donos de pousadas e hotéis.

Durante esses 6 anos já nos desgastamos muito indo a Brasília, e em todas as vezes o governo fez inúmeras promessas que nunca foram cumpridas.

Nós, Pataxó, sempre cumprimos com nossa parte dos acordos, até paramos de retomar nossas terras em troca da suspensão de todas as liminares de reintegração de posse, mas ao invés disso uma operação da Polícia Federal já foi agendada para esse mês para nos retirar de nossas próprias terras que continuam

CONT.



invadidas por fazendeiros.

Não temos para onde ir e queremos saber onde o Ministro Cardoso, o juiz e o delegado da Polícia Federal estão pretendendo colocar os mais de mil Pataxó, em grande parte crianças e velhos? Onde vamos viver se não for em nossas terras?

Estão desrespeitando os acordos e a Constituição, negando nossos direitos originários a terra tradicional. Estão querendo destruir nossa cultura, porque sem terra não há cultura, não há saúde, não há vida.

O Estado brasileiro tem uma dívida enorme com os povos indígenas e a demarcação de nossas terras é o mínimo que inicialmente o governo pode fazer. Além disso, a demarcação beneficia todo o povo brasileiro, porque Pataxó não vive sem mata e sem os rios, nas nossas terras a natureza é respeitada.

Dentro do Território Pataxó, além da área agricultável, e das praias, existem dois Parques Nacionais, o do Monte Pascoal e o do Descobrimento e, que estão sendo destruídos por não índios e as autoridades não fazem nada. Mesmo sem a demarcação, fazemos o possível para proteger as matas, os animais e minérios da região. Inúmeras vezes apresentamos denúncias ao MPF, Ibama, ICMBio, Funai etc contra todo tipo de degradação, mas até agora nenhuma providência foi tomada. Somos nós que estamos pagando essa conta, perdendo as riquezas de nossas terras. Por isso, queremos a gestão compartilhada destes parques como nos garante a Convenção 169 da OIT.

Enquanto não temos espaço, precisando fazer pequenas roças na beira das estradas, com nossos parentes sendo perseguidos e mortos, o governo permite que os fazendeiros poluam as nascentes dos nossos rios, destruam nossas matas e parques, e que o gado tenha mais direito à terra do que nós.

Além de negarem nossos direitos, estão criminalizam nossas lideranças, querem que os Pataxó se calem e que aceitem continuar sendo enrolados pelo governo, mas nós dizemos basta!

Nós, Pataxó, só queremos viver em paz, em nossas terras e por isso, exigimos que o Ministro da Justiça cumpra a lei e assine a Portaria Declaratória do nosso território, e que cumpra com os acordos de suspender todos os mandados de reintegração de posse. Queremos que parem as perseguições as nossas lideranças. Deixem em paz nosso povo. E ainda, que a Polícia Federal suspenda a operação de invasão da nossa comunidade, porque não nos sentimos seguros com a sua presença.

Assinam essa nota caciques e lideranças do Povo Pataxó.



15 Projeto socioambiental leva esperança à comunidade ribeirinha
SÍTIO PORTAL BRASIL, 15.10.2014

Cooperação comunitária

Moradores de São Thomé utilizaram-se de ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos

por Portal Brasil

O jogo Oasis chegou a São Thomé, uma pequena comunidade às margens do Rio Negro, distante 47 km da capital do Amazonas. Os comunitários, voluntários e participantes do projeto Aldeia dos Sonhos - idealizador da proposta - juntamente com a Associação Amigos do Peixe-boi (Ampa), por meio do Projeto Ecoturismo Amigo do Boto-vermelho, tiveram um fim de semana de muito trabalho. Foi o momento de colocar a “mão na massa” e concretizar os projetos sonhados, penúltima etapa do jogo, que estimula e habilita pessoas para cooperação comunitária.

Um parquinho e uma passarela para que as crianças cheguem com segurança até o local onde funciona à escola foram construídos com o apoio de mais de 30 jogadores. As atividades aconteceram de 10 a 13 de outubro. Além da realização do sonho, o projeto mexeu com a autoestima dos ribeirinhos, que já preveem outros momentos de transformação.

“Vou ser bem sincera, não estava acreditando porque somos um grupo grande, mas na hora de fazer o trabalho, são poucos que participam. Mas, quando começamos a projetar os sonhos, com o incentivo do grupo, eu comecei a acreditar que ia dar certo. Estou muito feliz porque estamos realizando um sonho. Descobrimos vários talentos dentro da nossa comunidade. Descobrimos também que podemos fazer muito mais quando estamos juntos, o que foi um alerta”, disse Iraides Mendes, professora e comunitária de São Thomé.

O Oasis é uma ferramenta de apoio à mobilização cidadã para a realização de sonhos coletivos. Composto por jogadores e comunidade, o jogo considera uma definição ampla de comunidade que envolve diversos atores, como moradores, ONGs, governo local, lideranças e empresas. Para o voluntário do projeto Aldeia dos sonhos, Ramon Barros, a experiência tem sido gratificante e desafiadora.

“O maior desafio é conseguir entrar com respeito e cuidado na vida de cada um dos comunitários e ter um tempo legal para conseguir conversar e receber em troca um pouco do amor deles também. Isso é fundamental para começar a construir alguma coisa em conjunto. A experiência tem sido sensacional



porque mais uma vez a gente conseguiu ter uma resposta verdadeira deles. E depois desse passo inicial, conseguimos fazer com que eles se organizassem, decidissem, tomassem os planos pra si e levantassem os sonhos, que faziam parte do inconsciente deles. E através da força de vontade deles, concretizamos sonhos. Isso foi muito bonito”, ressaltou.

Já a pesquisadora da Ampa, Stella Scheliga, essa atividade foi uma oportunidade de conhecer a fundo a comunidade, na qual a organização já trabalha em parceria há pelo menos um ano.

“A gente conheceu uma São Thomé totalmente diferente. E essa experiência de saber das raízes da comunidade foi uma experiência incrível, como Ampa. E criar um novo laço de confiança foi um passo importante para o nosso trabalho”, salientou.

A última parte do jogo se chama Re-evolução e está prevista para acontecer no próximo dia 22.

Sobre a Ampa

A Associação Amigos do Peixe-boi (Ampa) atua há mais de uma década na conservação e pesquisa dos cinco mamíferos aquáticos da Amazônia: peixe-boi, boto-vermelho, tucuxi, ariranha e lontra. A organização recebe incentivos do Programa Petrobras Socioambiental, por meio da Petrobras, e do Projeto Ecoturismo Amigo do boto-vermelho, através do Instituto Oi Futuro.

Fonte:

[Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia](#)



16 Novas Unidades de Conservação atendem reivindicações da sociedade
SÍTIO PORTAL BRASIL, 15.10.2014

Proteção da biodiversidade

Com novas UCs, Instituto Chico Mendes passa a administrar mais 151,5 mil hectares de áreas protegidas em todo o território nacional
por Portal Brasil

O governo federal criou três novas Unidades de Conservação (UCs) e ampliou uma já existente. O decreto da Presidência da República foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (14) e contempla os estados de Minas Gerais, Paraná e Amazonas.

Foram criados os Parques Nacionais de Guaricana (PR) e Gandarela (MG) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiros (MG). A Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá (AM), criada em 1997, foi ampliada em 33 mil hectares.

A iniciativa atende demandas apresentadas em encontros como o II Chamado dos Povos das Florestas, realizado no Arquipélago do Marajó, no Pará, em novembro de 2013. Entre as entidades que se mobilizaram estão o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), a Comissão Nacional de Reservas Extrativistas Marinhas e a Rede Cerrado, que reúne mais de 500 organizações em prol da preservação do bioma.

Com as novas UCs, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passa a administrar mais 151,5 mil hectares de áreas protegidas em todo o território nacional. Após audiências públicas, o processo foi finalizado pelo ICMBio, encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e depois para a Presidência da República, que decidiu criar as UCs.

“A intenção é estabelecer uma relação cada vez maior entre proteção e melhoria da qualidade de vida da população”, resume o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin. “O movimento avança tanto para a conservação da biodiversidade quanto para a manutenção do estilo de vida dos povos que usam o ambiente natural de forma sustentável.”

Proteção da biodiversidade

Os novos Parques Nacionais terão o objetivo de garantir a preservação do patrimônio natural – fauna, flora, cavernas e nascentes: o ecossistema das Cangas absorve as águas da chuva e reabastecendo o lençol freático.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

Do ponto de vista ambiental, o Parque Nacional do Gandarela terá uma grande importância para a capital mineira, Belo Horizonte e municípios vizinhos. "Com a criação do Parque Nacional, a Serra do Gandarela vai continuar contribuindo com o abastecimento de água para a região", explicou Vizentin.

A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Gerazeiras nasceu de reivindicações de movimentos sociais da região. "Vai atender plenamente às expectativas das comunidades locais. A luta do Movimento Geraizeiro, que representa e organiza essa população, era pela criação da RDS em uma das poucas áreas do norte de Minas Gerais que apresenta cobertura florestal bastante conservada", afirmou Vizentin.

A categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi escolhida por conciliar a conservação do Cerrado, bioma predominante na região, com a geração de renda e trabalho para as famílias que vivem na Reserva. Outros objetivos da UC, são: proteger e garantir a conservação das áreas de extrativismo utilizadas pelas comunidades tradicionais beneficiárias; garantir acesso ao território tradicional pela população gerazeira local e promover o seu desenvolvimento socioambiental; incentivar a realização de estudos voltados à conservação e o uso sustentável do Cerrado e promover a conservação da biodiversidade na RDS.

Na Amazônia, com a ampliação da área, a Resex Médio Juruá passa a ter melhores condições para proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis utilizados pela população tradicional que desenvolve atividades de manejo do açaí, da semente da andiroba e do peixe pirarucu.

Outras três reservas extrativistas marinhas (Mocapajuba, Mestre Lucindo e Cuinarana) foram criadas no Pará por meio de decretos publicados no Diário Oficial da União da última segunda-feira (13). Juntas, elas somam 58 mil hectares em áreas de preservação. Além disso, foi ampliada a Resex Marinha de Araújo Peroba, que, agora, tem área de mais de 50 mil hectares.

Fontes:

[Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade](#)

[Ministério do Meio Ambiente](#)

17 Ação do CQC é bem recebida pela população e arrecada doações
SÍTIO SURGIU, 15.10.2014

De acordo com o repórter do programa Oscar Filho, a receptividade da ação na capital foi muito significativa



Ação do programa CQC, da TV Bandeirantes, realizada nesta terça-feira, 14, em Palmas arrecadou material de papelaria, eletroeletrônicos, entre outros bens, que vão beneficiar crianças de uma escola da Ilha de Marajó, no Estado do Pará, onde estão os mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. A ação teve apoio do governo do Estado, por meio do Corpo de Bombeiros.

Um caminhão da instituição foi disponibilizado pelo Executivo estadual para acompanhar toda a ação e garantir a segurança dos participantes. A mobilização solidária foi bem recebida pelos palmenses.

De acordo com o repórter do programa Oscar Filho, a receptividade da ação na capital foi muito significativa. “Foi bem legal, as pessoas aderiram bastante ao projeto, que é montar uma escola lá na Ilha do Marajó. Agradeço a todo mundo aqui que ajudou. Passamos meio que no improviso e a arrecadação foi bem legal”, ressaltou.

O objetivo do programa ao realizar a ação é ampliar a perspectiva de crianças e jovens de comunidades ribeirinhas equipando uma instituição de ensino público com computadores, livros, fornecimento de energia sustentável e outros recursos. Essa é a terceira edição do quadro “Cadeia de Favores”, que busca o engajamento de anônimos, artistas, empresários e celebridades em causas sociais.

O vice-presidente da Associação dos Jovens Empresários e Empreendedores do Tocantins (AJEE-TO), Bruno Vima, participou da ação fazendo doações de brinquedos e destacou a motivação de ter se integrado ao projeto. “Para a gente, está sendo gratificante. Conquistar o sorriso de uma criança tem um valor inestimável”, disse.

A ação se encerrou na Praça dos Girassóis no período da tarde e o caminhão do CQC seguiu em direção a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

Belém, capital do Pará. Na sequência, será feita a entrega das arrecadações na Ilha do Marajó.

CQC

Foto: Márcio Vieira Fonte: Cláudio Paixão Postador: Samuel Charles



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

18 DebatePapo abordará cultura negra na Biblioteca Oliveira Silveira
SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 15.10.2014



A partir de 16 de outubro a Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) promoverá, em Brasília, o projeto DebatePapo que tem como característica a formação de rodas de conversas com foco na cultura negra. O evento será quinzenal e contará com a participação dos diretores da instituição. A abertura da programação será feita pelo presidente Hilton Cobra. O encontro terá início às 14h.

Além de promover o debate, a iniciativa tem como objetivo estimular visitas frequentes do público à Biblioteca Oliveira Silveira, onde acontecerão as sessões, e incentivar a criação de uma rotina de atividades. A cada encontro serão abordados temas como mulheres negras no cinema, jovens negros protagonistas culturais, educação quilombola e a gestão da FCP.

O evento é gratuito. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail biblioteca@palmares.gov.br ou por telefone (61) 3424-0168. Os debates possuem lotação máxima de 30 pessoas.

Biblioteca Oliveira Ferreira Silveira – Especializado em cultura afro-brasileira, o espaço homenageia ao historiador e pesquisador considerado, também, um dos maiores poetas negros do país. Reinaugurada na sede da FCP, em Brasília/DF, no dia 03 de junho de 2014, a Biblioteca possui um acervo com mais de 16 mil livros sobre temáticas negras, cotas, políticas públicas e literatura, periódicos e obras de arte.

Aberta de segunda à sexta-feira, de 9h às 18h, a Biblioteca tem programas e projetos que subsidiam a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

implementação da Lei 10.639/2003 referente à questão do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. O acervo é também aberto à visitação guiada de grupos escolares.

Confira a programação do Debate-Papo

Outubro

16/10 – Abertura: Hilton Cobra (Presidente da Fundação Cultural Palmares)

30/10 – Educação Quilombola: Givânia Silva (Coordenadora de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra)

Novembro

13/11 – Mulheres negras no cinema: Edileuza Penha de Souza (Professora do GDF)

27/11 – Jovens Negros protagonistas culturais: Dávila e Douglas (Fundação Cultural Palmares)

Os encontros acontecerão sempre às 14h.

19 Indígenas do Vale do Javari votam dentro de sua terra nas eleições de 2014
SÍTIO FUNAI, 15.10.2014



Nelly Marubo/Funai

O êxito do processo eleitoral de 2014 na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, que levou a votação para dentro das aldeias, é o resultado de dois anos de construção coletiva, nos quais Funai, Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – TRE/AM e parceiros buscaram condições dignas e seguras para os indígenas exercerem seus direitos constitucionais.

Ao contrário das eleições anteriores, o primeiro turno das eleições de 2014 transcorreu sem qualquer tipo de incidente e com pleno exercício da cidadania. Os indígenas que saíram de suas aldeias para votar na aldeia mais próxima seguiram a logística planejada pela Coordenação Regional do Vale do Javari – CRVJ, que contemplou também o acolhimento nas aldeias onde foram instaladas as Seções Eleitorais e o rápido retorno às aldeias de origem.



Ester Maia/Funai

A Funai deslocou nove servidores com antecedência para TI, sendo que seis deles presidiram as referidas seções. Os mesários foram todos indígenas das aldeias. O Exército fez o transporte das urnas, das equipes técnicas (Funai e TRE-AM) e das forças federais de segurança em helicópteros militares de carga, além da

CONT.

segurança das urnas. Uma grande equipe foi montada em parceria entre Funai, TRE-AM, organizações indígenas, Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai, Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM e Exército.



Nelly Marubo/Funai

A interiorização do pleito de 2014, considerada pelos índios do Vale do Javari uma importante conquista de direitos, partiu de discussões de 2012, ocasião em que as etnias Kanamari, Kulina, Marubo, Matis e Mayuruna vivenciaram uma tragédia, que culminou com a morte de cinco crianças indígenas menores de dois anos. Elas foram vítimas de um surto de diarreia e vômito decorrente das condições insalubres a que foram submetidas durante a estada na orla da sede do município de Atalaia do Norte, aonde se deslocaram para votar.



Ester Maia/Funai

Naquela ocasião, a CRVJ iniciou diálogo com o TRE-AM para possibilitar melhores condições de participação dos indígenas do Vale do Javari no processo eleitoral, propondo inclusive a criação das seções eleitorais no interior da TI, uma demanda histórica dos indígenas. O TRE-AM solicitou um estudo da CRVJ sobre os locais de implantação das seções eleitorais nas aldeias, levando em consideração questões geográficas, logísticas e étnicas.

CONT.



Em 2014 também foi constituída uma Comissão Eleitoral com objetivo de planejar ações de garantia dos direitos civis e políticos dos indígenas do Vale do Javari, integrada por representantes da CRVJ, TRE-AM, organizações indígenas, Sesai e Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte-AM.

A Funai levou a discussão para as associações representativas dos indígenas e suas lideranças de aldeia, e desse exercício participativo surgiram os seis locais de votação.



Jackson/Funai

Estes foram os locais escolhidos:

- 1) Aldeia São Luis, 25ª Seção Eleitoral (Médio Rio Javari), para atender eleitores Kanamari, Mayuruna e Kulina-Pano;
- 2) Aldeia Lobo, 26ª Seção (Rio Jaquirana), para atender eleitores Mayuruna;
- 3) Aldeia Vida Nova, 27ª Seção (Rio Ituí), para atender mais de 200 eleitores Marubo;
- 4) Aldeia São Sebastião, 28ª Seção (Rio Curuçá), para atender eleitores Marubo e Mayuruna;
- 5) Aldeia Remansinho, 29ª Seção (Rio Itaquaí), para atender eleitores Kanamari,
- 6) Aldeia Buku-Wak, 30ª Seção (Rio Branco), contemplando eleitores Matis.



Funai

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

A transmissão dos dados das urnas foi realizada via satélite por técnicos do TRE-AM nas aldeias, quase em tempo real. Às 17h, toda seção na TI Vale do Javari já haviam encerrado sua votação e, antes das 17h25, transmitido os dados, finalizando o pleito antes das seções na sede municipal.

A Funai acredita que soluções integradas como essa, construídas de forma participativa, colaboram para levar dignidade e cidadania aos indígenas. A mesma operação logística está planejada para o 2º turno das Eleições/2014, que ocorre no próximo dia 26 de outubro.



20 Guarani-Kaiowá denuncia negligência do governo no Comitê dos Direitos Humanos
SÍTIO CEDEFES, 15.10.2014

A voz de um índio Guarani-Kaiowá ecoou na mais alta representação dos Direitos Humanos para denunciar a negligência do governo brasileiro em relação aos povos indígenas. Eliseu Lopes, professor e reconhecida liderança dos Guarani-Kaiowá, termina em Milão a sua passagem pela Europa onde teve a oportunidade de relatar as violências sofridas pelo seu povo na luta pelo reconhecimento do direito dos índios à terra.

A voz de um índio Guarani-Kaiowá ecoou na mais alta representação dos Direitos Humanos para denunciar a negligência do governo brasileiro em relação aos povos indígenas. Eliseu Lopes, professor e reconhecida liderança dos Guarani-Kaiowá, termina em Milão a sua passagem pela Europa onde teve a oportunidade de relatar as violências sofridas pelo seu povo na luta pelo reconhecimento do direito dos índios à terra.

“No Brasil já fizemos inúmeras reivindicações dos nossos direitos e denúncias, só que até hoje não recebemos nenhum resultado. Portanto, o socorro que os Guarani-Kaiowá estão pedindo agora se dirige principalmente às autoridades internacionais”, disse Eliseu à RV por telefone, em Milão.

A resposta da comunidade internacional ao apelo de Eliseu feito durante a 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, poderá vir por meio dos tribunais internacionais, afirma o coordenador do CIMI no Mato Grosso do Sul, Flávio Machado: “A iniciativa de promover a denúncia internacional e, agora, uma denúncia formal, é para que o Estado brasileiro seja demandado em cortes internacionais frente a essa negligência que resulta em morte dos povos indígenas”.

Cultura de preconceito e morte no Brasil

Estimativas das Nações Unidas apontam que as populações indígenas representam mais de 5% da população mundial, aproximadamente 370 milhões. No Brasil, hoje os índios estão reduzidos a 900 mil. Levantamentos da ONG inglesa Survival International detalham esse número: os índios do Brasil estão divididos em 240 tribos das quais provavelmente 77 ainda vivam isoladas.

A etnia Guarani é dividida em três grupos, que somam cerca de 60 mil índios. A tribo mais numerosa é a Kaiowá, cujo território ancestral reivindicado encontra-se no estado de Mato Grosso do Sul. O CIMI denuncia ainda a escalada de ódio contra os índios nos últimos dez anos no Mato Grosso do Sul, onde um índio Guarani-Kaiowá é assassinado a cada 12 dias e outro comete suicídio a cada sete dias.

“Lamentavelmente os acordos políticos e econômicos que estão envolvidos – inclusive na eleição atual –

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

não têm os povos indígenas como uma demanda principal a ser resolvida. O que importa são os acordos econômicos – o agronegócio – o desenvolvimento. Os índios são entendidos como um empecilho. Isso só se muda com uma política séria de respeito aos direitos que já existem em nossa Constituição e, acima de tudo, com o promover de um processo educacional que realmente mostre para a nossa sociedade quem são os povos indígenas”, disse o coordenador do CIMI no Mato Grosso do Sul.

Ativismo internacional

Há mais de 45 anos a ONG inglesa Survival International trabalha ao lado dos povos indígenas do Brasil para o reconhecimento das terras. “A Survival segue com esta campanha que pede ao governo brasileiro a demarcação imediata das terras dos Guarani evitando que mais pessoas morram”, confirma Sarah Shenker, responsável da campanha da ONG em favor dos Guarani-Kaiowá.

Legislação

O Brasil ratificou e introduziu como lei nacional a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais. Entretanto, passados 25 anos da criação da Convenção e em meio a tantas propostas de emendas constitucionais, o Brasil, ao lado de Suriname, não aplica uma das principais recomendações e continua a ser o único país da América do Sul a não reconhecer o direito dos índios à propriedade da terra. (RB)

Fonte: <http://pt.radiovaticana.va/>

21 Em defesa de seus direitos, lideranças Guarani-Kaiowá convocam coletiva de imprensa no STF, hoje, às 15h30

SÍTIO CIMI, 15.10.2014

Fonte da notícia: [Assessoria de Comunicação – Cimi](#)



Brasília, 15 de outubro de 2014 - “Ou o governo e a Justiça demarcam nossas terras ou que nos enterrem de vez nelas”, declara Ava Jeguaka Rendy’ju, que convoca, junto com mais de 40 lideranças Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, uma coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15), às 15h30, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo da coletiva é alertar sobre decisões do Supremo que flexibilizam os direitos constitucionais da população indígena.

As lideranças protocolarão hoje (15), às 14h, também no Supremo, um memorial (leia aqui) sobre o contexto histórico e a situação de extrema vulnerabilidade a que está submetido o povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Ontem (14), eles entregaram duas cartas – uma da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani-Kaiowá) e outra da comunidade Kurusu Ambá - nos gabinetes dos 10 ministros do STF a fim de reivindicar a garantia do direito às suas terras tradicionais

Uma das decisões recentes do STF anulou os efeitos da Portaria Declaratória nº 3.219 do Ministério da Justiça que, em 2009, reconheceu a Terra Indígena (TI) Guyraroká como de ocupação tradicional indígena. A homologação pela presidente da República, Dilma Rousseff, é o único procedimento administrativo que falta para finalizar o a demarcação da TI Guyraroká.

Baseado numa interpretação equivocada do marco temporal – que condicionou o reconhecimento da terra tradicional, no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, à sua habitação pelos indígenas no ano de 1988, o ministro Gilmar Mendes, seguido pelos ministros Carmen Lúcia e Celso de Mello, acatou o pedido de um dos fazendeiros da região e anulou o procedimento demarcatório da TI.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

“A coisa está tão absurda que hoje querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa pelo crime deles. Durante décadas nos expulsaram de nossa terra à força e agora querem dizer que não estávamos lá em 1988 e por isso não podemos acessar nossos territórios?”, ressalta a liderança Ava Kaaguy Rete sobre a tese do marco temporal.

Vítimas dos projetos de colonização, os indígenas de Mato Grosso do Sul foram expulsos de suas terras tradicionais e confinados em oito pequenas reservas até meados do século XX. Desse processo resulta toda a problemática social vivenciada por essas comunidades, resultado de perda territorial, como a altíssima taxa de suicídios (73 casos em 2013, de acordo com dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai) e homicídios (62% dos casos de assassinatos de indígenas no Brasil ocorreram em MS).

“Os ministros devem fazer cumprir a Constituição, garantindo nossos direitos”, lamenta a liderança Ava Rendy Poty’Ju. “Eles eram nossa última esperança, mas estando deste jeito só nos sobra a retomada de nossos territórios, só resta a nossa luta”.

A situação de violência é tão drástica no MS que apenas enquanto viajavam para Brasília, as lideranças foram informadas de cinco casos de severas violações às suas comunidades. Em Laranjeira Nhanderu, um jovem de 14 anos, chamado Ismael Mariano de Lima, morreu no dia 12, vítima de atropelamento. Outros sete indígenas foram atropelados nas proximidades da aldeia Apykai desde 2011. Na aldeia Guaiviry, nas madrugadas de 11 e 12 deste mês, três caminhonetes ficaram paradas no portão que dá acesso à aldeia, mantendo uma espécie de vigília e coagindo os indígenas a não saírem de suas moradias. Os mesmos veículos já haviam sido visualizados pelos indígenas no dia 24 de setembro deste ano. A terceira notícia veio da Terra Indígena de Puelito Kue, onde a aldeia foi totalmente cercada por um grupo de fazendeiros, que os mantêm em cárcere. Eles se organizam para preparar a terra para mais um plantio de monocultura e vem devastando parte da mata que se encontra dentro dos domínios do povo originário. Na manhã do dia 13, a delegação de lideranças foi informada sobre o falecimento de Mikaeli Flores, uma menina de 2 anos. As causas da morte de Mikaeli foram desnutrição, fome profunda e ingestão de água imprópria para o consumo. Ainda mais drástica, encontra-se a situação das mais de 50 famílias que vivem na Terra Indígena de Kurusu Ambá. Para além de uma determinação de despejo advindo de decisão da Justiça Federal previsto para o dia 26 deste mês, a comunidade foi novamente atacada por jagunços armados nos últimos dias 10 e 11, que rasgaram a facção e atearam fogo nas barracas dos indígenas.

Serviço

O quê: Coletiva de imprensa de lideranças Guarani-Kaiowá

Quando: Hoje (15/10), quarta-feira, às 15h30

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

Onde: Na frente do Supremo Tribunal Federal (STF), na Praça dos Três Poderes

Para mais informações:

Luana Luizy (Cimi) – 61 8128-5799

Patrícia Bonilha (Cimi) – 61 9979-7059

Oswaldo de Souza (ISA) – 61 9103-2127



22 "Não queremos guerra. Queremos viver em paz em nossas terras"
SÍTIO CIMI, 15.10.2014

Fonte da notícia: Egon Heck, [Secretariado do Cimi](#)

Clima desértico. Calor infernal no Planalto Central. Brasília ferve. Algumas dezenas de Kaiowá Guarani e Terena caminham até o pátio do Supremo Tribunal Federal (STF). Seus cantos e rituais ecoam entre as paredes de vidro. O forte calor não lhes tira o ardor e a decisão de lutar pelos seus direitos, seja onde for. Em seus corpos pintados, o recado: “queremos nossas terras”. No Jeroki ritual, o gesto de profunda espiritualidade, secular esperança e resistência. Rodeado de crianças, o Nhanderu (líder espiritual) Getúlio dirige-se aos presentes: “é por essas crianças que estamos lutando. Não queremos guerra. Demarquem nossa terra, pois nela queremos viver em paz. Confiamos na sensibilidade e Justiça dos senhores ministros do STF”.

Entre um turno e outro, cadê o compromisso com nossos direitos?

As lideranças da delegação também se mostraram apreensivas e preocupadas com as eleições. Não entendem por que os dois candidatos a presidente do país não mencionaram nenhuma vez os direitos indígenas em seus programas. Marina condicionou seu apoio ao compromisso da demarcação das terras indígenas. Exigem que os candidatos se comprometam em cumprir a Constituição, demarcando as terras.

Se a isso somarmos a eleição de um Congresso dos mais conservadores das últimas décadas, não fica difícil entender as causas de tamanha preocupação dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil.

Documento protocolado nos gabinetes

Uma delegação de três indígenas adultos e três crianças percorreu os gabinetes de todos os ministros do Supremo, protocolando a carta da Aty Guasu, que contém um enfático apelo pelo cumprimento da Constituição em relação à demarcação dos territórios indígenas e pelo fim do estado de violência e guerra em que se encontram as aldeias e os acampamentos indígenas no Mato Grosso do Sul. Na carta, os resistentes guerreiros deixam claro uma vez mais que “Diante da demora da demarcação de nossas terras, nós, povos Guarani-Kaiowá, já voltamos a retomar nossas terras. Começamos no mês de setembro. Não vamos mais aguardar as promessas do governo. Já fomos enrolados pelo governo. Nós, Guarani-Kaiowá, fomos expulsos das nossas terras em 1970 pelos fazendeiros. Pedimos ao Supremo Tribunal Federal que considere nossas histórias de vida. Nós fomos massacrados pelos fazendeiros há mais de um século. Agora

CONT.



o próprio STF e o governo estão massacrando. Estão nos dizimando, pois não demarcam as nossas terras, nem reconhecem nossos direitos. Diante disso, viemos declarar que nós não vamos sair de nossas terras. Vamos recuperar as nossas terras por direito”.

Os indígenas Guarani-Kaiowá entendem que a garantia das terras aos parentes da Raposa Serra do Sol não se dá às custas da morte, violência e negação das terras dos demais povos indígenas, em especial do Mato Grosso do Sul

Cenário de guerra

O cenário e a realidade de guerra em que vivem os obrigam a levar seu grito mundo afora e aos espaços de decisão sobre suas terras.

Enquanto a delegação estava a caminho de Brasília foi recebendo informações estarrecedoras das violências e mortes a que estão sendo submetidas suas comunidades: em Laranjeira Nhandaru morreu atropelado o jovem de 14 anos, Ismael Mariano de Lima. São dezenas de indígenas que morrem anualmente atropelados. As comunidades de Guaiviry e Pueblito Kuê foram cercadas por pistoleiros, que tentam submetê-los a um regime de cárcere e isolamento. Em Pueblito Kuê faleceu Mikaele Flores, de 3 anos. Causa da morte? Desnutrição, fome e ingestão de água imprópria para o consumo humano.

Kurusu Ambá está à beira de um genocídio anunciado. Está anunciado o despejo da comunidade para o dia 26 deste mês. Comunidade que é constantemente agredida por jagunços que destroem e queimam os barracos e atemorizam a população. “A coisa é tão absurda que querem nos penalizar por termos sido expulsos de nossos territórios. Querem que assumamos a culpa por esses crimes”, desabafa uma das lideranças.

23 Amazônia: uma história de resistência e luta
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Zé Cláudio e a Majestade. A imensa castanheira localizada no lote do assentamento do ambientalista era seu maior orgulho.
Foto: Felipe Milanez.

Luana Lila – [Revista Greenpeace](#)

Dois ônibus lotados de trabalhadores rurais, integrantes de movimentos sociais e estudantes deixaram Marabá no dia 24 de maio de 2014 rumo ao projeto de assentamento agroextrativista praia Alta Piranheira, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, onde viviam José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, assassinados em maio de 2011 em uma covarde emboscada de pistoleiros.

Logo após o crime, familiares foram obrigados a mudar do assentamento para a cidade de Marabá, com medo de se tornarem as próximas vítimas. Três anos depois, a família organizou um ato em memória ao casal que lutava contra a grilagem e o roubo de madeira. Chamado de “A Floresta vai Gritar”, a atividade contou com uma marcha até o local onde eles foram assassinados e um pernoite no lote que pertenceu ao casal.

“Esse é um ato de retomada, resistência e o recomeço da luta”, disse Claudelice Silva dos Santos, de 32 anos, irmã caçula de Zé Claudio e organizadora do ato. “A regra no assentamento é o medo. Mas a gente tem que saber que todo mundo junto tem mais força do que eles. Se escondendo, a gente estaria dando vitória para os assassinos”.

CONT.



Pesados e ruidosos, os veículos escorregavam na lama para vencer os 54 quilômetros de terra que levavam ao lote do casal de extrativistas cuja morte estava anunciada há muitos anos.

“Zé Claudio e Maria se colocavam entre a floresta e aqueles que se utilizam da Amazônia apenas para apropriar-se de seus recursos naturais. Eles sabiam do valor da floresta em pé e conseguiam explorá-la economicamente a partir do extrativismo. O problema é que, como o próprio Zé Claudio dizia, a árvore não se defende sozinha, e, num contexto onde a derrubada da mata por madeireiros e grileiros era praxe, ele lutava com disposição e desprendimento pela preservação de cada uma delas”, conta Danicley de Aguiar, da Campanha Amazônia do Greenpeace.

Desmatamento: uma longa história de violências

Enquanto os ônibus sacolejavam pela estrada esburacada, a paisagem ao redor não lembrava em nada a biodiversidade da floresta amazônica. Por todo o horizonte só se viam pastos pontuados de castanheiras mortas, de galhos contorcidos, além de babaçus, um tipo de palmeira que é uma das primeiras plantas a se erguer depois que a floresta é desmatada.

Ao chegar ao lote que pertencia ao casal, depois de mais de quatro horas de percurso, o contraste entre aquele pedaço de terra de 80 hectares, rodeado pela mata nativa, e o restante da paisagem vista durante a viagem, não poderia ser maior. Produzindo óleo de castanha, polpa de cupuaçu e outros produtos extraídos da floresta, o casal a mantinha preservada ao mesmo tempo em que conseguia extrair dela a sua renda. O que eles faziam ali era um ato de resistência frente a um modelo de desenvolvimento historicamente imposto para a região amazônica, que a desvaloriza enquanto floresta.

“A Amazônia é vista como uma colônia pelo resto do Brasil, uma fonte de recursos e riquezas a ser explorada. Existe uma correria para se apoderar destes recursos, seja da madeira ou da terra, e as pessoas que vivem ali não têm importância nesse cenário”, diz Josep Iborra, conhecido como Zezinho, da CPT (Comissão Pastoral da Terra). “A extração da madeira é a ponta da lança dessa história, é quem financia a abertura de pastagens e de outras irregularidades”, conclui. Não por acaso, o assédio no assentamento para a formação de grandes fazendas e a retirada de madeira era grande. Zé Claudio dizia que, quando ele chegou ao assentamento, 85% do local era de floresta nativa e depois, com a chegada dos madeireiros, restou pouco mais de 20%.

De acordo com Iborra, entre os principais motivos dos assassinatos na Amazônia estão a grilagem de terras, a extração de madeira ilegal e de minérios: “Isso gera enfrentamento entre grupos vindos do sul do País, interessados em explorar estas riquezas com as populações locais originais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Tem também os pequenos agricultores que estão em busca de sobreviver na

CONT.



região, aproveitando o que a floresta oferece, e lutam pela preservação dessas áreas. Por isso, acabam se chocando com esses grupos cuja única preocupação é extrair a madeira e se apropriar da terra”.

Para esses grupos, incomodava a atuação de um homem que carregava em si o exemplo de que a floresta em pé podia ser uma fonte de renda contínua e permanente, e que a derrubada dela fornecia apenas lucro pontual.

“Da última vez em que estive com Zé Cláudio ele me mostrou alguns cremes que fazia a partir da castanha-do-pará. Disse que não entedia como alguém poderia vender uma árvore por mais ou menos R\$ 500,00, enquanto que apenas com o beneficiamento de alguns ouriços da castanha, ele conseguia alcançar esse valor. A diferença é que ele teria aquilo para sempre, dado pela Majestade, como ele chamava a castanheira que ficava em seu quintal”, conta Felício Pontes, procurador da República no Estado do Pará.

Para Pontes, as mortes de Zé Claudio e Maria, assim como de outras lideranças, como Dorothy Stang, a missionária norte-americana assassinada em 2005, são exemplos trágicos do choque entre dois modelos distintos de desenvolvimento: um deles, predatório, começou a ser implantado na região amazônica na época da ditadura militar, a partir dos anos 70, baseado em duas atividades básicas, a madeira e a pecuária, e que jamais acreditou no uso sustentado dos recursos naturais.

Em oposição, está o que Pontes chama de socioambientalismo, que concilia desenvolvimento econômico com conservação ambiental. É concebido e voltado para os povos da floresta, que possuem centenas de anos em conhecimento na forma de lidar com os recursos florestais. “Estamos em pleno processo de disputa pela Amazônia. Porém, dependendo de quem vença, poderemos dizer se existirá ou não Amazônia”, afirma.

Hoje, segundo Pontes, as atividades econômicas que compõem o modelo predatório são, além da madeira e da pecuária, a monocultura de soja, a mineração e a exploração hídrica.

Impunidade: autorização para matar

A noite caiu logo após nossa chegada. O quintal do lote, cercado pelo céu estrelado, rodeado de árvores, foi palco para a exibição do filme Toxic Amazon, de Felipe Milanez e Bernardo Loyola, sobre a violência na região. Todos ficaram em pé em frente ao telão onde o filme era projetado. Zé Claudio mostrava a Majestade, Maria falava sobre a sua luta.

Quando o filme começou a abordar os assassinatos, um silêncio pesado caiu sobre o quintal. Em pé, as pessoas viam a história triste das mortes da Amazônia ser contada em vídeo. Palavras de indignação eram

CONT.



as únicas que interrompiam a narrativa do filme: “Me sinto tão revoltado com essa injustiça. Acontecer uma coisa dessas e o cabra está aí tranquilo. Quem tá preso é quem morre. Quem mata fica solto”, disse um homem.

A sensação de injustiça ocorre porque, no julgamento de Marabá, em 2013, os pistoleiros Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Lopes Nascimento foram condenados a mais de 40 anos de prisão cada um, mas o suspeito de ser mandante do crime foi absolvido, como é de praxe nos crimes do campo da Amazônia. José Rodrigues, solto por todos esses anos, mantém um lote no assentamento, próximo ao que pertencia a Maria e Zé Claudio.

Em agosto desse ano, no entanto, o Tribunal de Justiça do Pará anulou a decisão que havia absolvido Rodrigues e pediu sua prisão preventiva. Um novo julgamento deve ser marcado. A família espera que seja realizado em Belém, onde pretende encontrar mais imparcialidade.

“Esse tipo de crime tem vida longa, ele começa antes de acontecer, a pessoa começa a morrer já com as ameaças. Depois do assassinato, ainda tem a morte posterior, que é a morte a partir da impunidade, que é a sensação que a família teve. Morre a esperança e cria-se um ambiente de terror”, explica Felipe Milanez, pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e amigo do casal.

Segundo dados da CPT, em 2013 foram registradas 241 ameaças de morte, 34 assassinatos e 767 casos de conflito no campo no País. “Essas lideranças são muito especiais, você mata grandes intelectuais da floresta, pessoas que propunham formas de vida diferente, e o Brasil fica mais burro de forma geral”, concluiu Milanez.

Marcha: a intimidação continua

No dia seguinte, mais de 150 pessoas seguiram em marcha sob o sol forte da Amazônia, pisando firme e afundando os pés na lama da estrada de chão batido do assentamento, caminhando determinadas por cerca de oito quilômetros até o local da tragédia.

Além de fotos do casal, os caminhantes carregavam imagens de outras lideranças assassinadas. Estavam representados Chico Mendes, Dorothy Stang, Dema, Dezinho, entre outros nomes que também tombaram nessa luta injusta e desigual que se trava na Amazônia há mais de 30 anos, e que continua fazendo mártires pelo caminho.

Uma caminhonete parada na beira da estrada passou pela marcha e o homem no volante deixou um recado intimidador: “Diz pra essa moça que tá falando no microfone tomar cuidado com o que ela fala”.

CONT.



O caso ganhou fama internacional, repercutiu em diversos países, mas, com a absolvição de suspeitos de serem mandantes, o clima de ameaça não cessa, já que a impunidade é a regra e o alicerce que permite que os mandantes não se sintam acuados. Cerca de quatro horas depois, a marcha chegou ao local onde Maria e Zé Claudio foram mortos. A placa em sua homenagem estava cravada por uma bala – mais um símbolo da impunidade. Uma missa foi celebrada no local.

CASOS REGISTRADOS POR ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL			
ESTADO	ASSASSINATOS	AMEAÇAS REGISTRADAS	ÁREAS DE CONFLITOS
Rondônia	1	9	33
Roraima	5	1	5
Amazonas	1	40	17
Pará	6	46	67
Maranhão	3	49	132

*Dados do relatório sobre Violência no Campo, da CPT 2013

Número de indígenas mortos cresce a cada ano

Por Rosana Villar

Segundo levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 53 indígenas foram assassinados no Brasil em 2013. O principal motivo para estas mortes, como detalha o relatório, são os conflitos por terra, intensificados com a paralização dos processos de demarcação de terras indígenas no País.

Desde 2003 até o ano passado, 616 índios foram violentamente assassinados, sendo 349 no Mato Grosso do Sul, Estado que possui o maior número de ocorrências, e em 2013 concentrou 62% das mortes registradas. Os índios Guarani-Kaiowás são os mais afetados pela violência, 31 dos assassinados no ano passado pertenciam a essa etnia.

Apesar de a disputa por terras entre índios e fazendeiros ser o principal motivo para a violência contra este povo, há registros também de embates com madeireiros ilegais, como foi o caso do Maranhão. Ainda que nenhum assassinato tenha sido registrado em 2013, o Estado foi palco de seis invasões de territórios indígenas, com finalidade de extração ilegal de madeira, de acordo com o CIMI.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

ENTREVISTA: FELÍCIO PONTES

Procurador da República luta para dar visibilidade aos povos da Amazônia.

Felicio Pontes Jr. é uma das vozes mais importantes em defesa dos direitos dos povos indígenas do norte do Brasil. No Ministério Público Federal, foi responsável por uma série de ações contra a polêmica construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, Pará.

Por email, ele falou com o Greenpeace sobre o cenário atual da região amazônica. Acompanhe.

GREENPEACE: O governo parece ignorar o crescimento de 28% no desmatamento da Amazônia no ano passado e se fia na queda das taxas dos anos anteriores, num discurso de que a região está salva. O que o Sr. Acha disso?”

Felício: A Amazônia ainda sofre várias ameaças graves, como as grandes hidrelétricas, a monocultura, os projetos de mineração, de infraestrutura e o aquecimento global. E a consequência delas também é o desmatamento. Tanto que a queda na taxa poderia ser maior se não houvesse a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia.

E não se pode esquecer que a queda no desmatamento foi vitória de uma ação articulada entre o Ministério Público Federal e ONGs, como o Greenpeace, chamada de “Carne Legal”. Pode-se dizer que se não fosse o ataque direto à pecuária ilegal por aquelas entidades, o governo federal ainda estaria tentando combater o desmatamento com o envio de equipes de fiscalização.

GREENPEACE: Desde o processo de colonização da Amazônia a partir da década de 70 e durante o regime militar, a região tem sido vista como estratégica para servir o País com seus recursos energéticos e minerais. Mas é esse mesmo o único papel que cabe à Amazônia dentro do contexto que vive o Brasil hoje?

Felício: Essa é a visão dominante no governo federal, mas não é a visão dos povos da floresta. Explico: a Amazônia vive hoje o choque entre dois modelos diferentes de desenvolvimento, o de desenvolvimento predatório e o socioambientalismo.

O primeiro começou nos anos 70 . Era baseado em duas atividades básicas: madeira e pecuária. O ataque aos recursos florestais começava pelos madeireiros. Depois a terra era vendida aos fazendeiros, que botavam abaixo o restante da floresta para virar pasto. Os madeireiros, por sua vez, migravam para outra área e reiniciavam seu projeto. O resultado foi – e continua sendo – trágico: o esgotamento dos recursos naturais. Hoje, temos ainda a monocultura de soja, a mineração – que bate recorde de exploração a cada

CONT.



ano – e a exploração hídrica.

Em oposição a esse modelo está o socioambientalismo, que concilia desenvolvimento econômico com conservação ambiental. É concebido e voltado para os povos da floresta, que possuem centenas de anos em conhecimento na forma de lidar com os recursos florestais sem o impacto suicida.

O socioambientalismo possui um campo fértil no Brasil – o líder mundial em biodiversidade. Ainda que apenas 5% do potencial farmacológico da flora mundial tenham sido estudados, um quarto dos medicamentos provém de produtos vegetais. Imagine se o Brasil tivesse estudado 50% de sua biodiversidade. Ali talvez estivesse a cura para doenças incuráveis hoje.

Além disso, produtos florestais como açaí, castanha-do-pará, e os óleos vegetais possuem valor comercial cada vez maior para a indústria de alimentos, cosméticos e de fármacos.

Portanto, estamos em pleno processo de disputa pela Amazônia. Porém, dependendo de quem vença, poderemos dizer se existirá ou não Amazônia.

GREENPEACE: O Sr. percebe uma ideia antagônica entre a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento do País sendo difundida na sociedade brasileira?

Felício: Essa ideia é difundida pelos que lucram com o modelo predatório que expliquei acima. É, no fundo, uma visão colonialista.

GREENPEACE: Quais as implicações dessa percepção por parte da sociedade? Ela influencia decisões sobre os grandes projetos pensados pra Amazônia, como é o caso de Belo Monte?

Felício: Ouvi membros do governo defenderem a hidrelétrica de Belo Monte, dizendo que não se pode fazer omeletes sem quebrar os ovos. Ou seja, que os impactos ambientais deveriam ser suportados pelos povos afetados, ou teríamos que usar mais petróleo para gerar energia. Um desses impactos é o desaparecimento de mais de 200 espécies de peixes no rio Xingu, alguns deles endêmicos.

Para as pessoas menos informadas, fica a impressão de que esse é o caminho certo, apesar dos impactos socioambientais. Mas ele é falso. Belo Monte, por exemplo, por qualquer ângulo que se estude – social, ambiental, econômico, etc. – é um projeto caríssimo para o volume de energia firme que ele dará ao Brasil.

Há uma publicação que elogia muito, chamada “Revolução Energética”, realizada pelo Greenpeace, que demonstra que o Brasil poderia gerar energia através de fontes alternativas mais econômicas e menos impactantes do que a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Por que não são usadas? A única

CONT.



resposta que tenho não é técnica, é política: nas últimas eleições presidenciais, o grupo de empresas que mais doou dinheiro para as campanhas foi o das empresas que constroem hidrelétricas.

GREENPEACE: O assassinato dos líderes extrativistas Zé Claudio e Maria infelizmente não é isolado. Desde o processo de “integração” da região, casos como esse vêm acontecendo, com figuras famosas como Chico Mendes, Dorothy Stang entre outros. O que alimenta essa realidade?

Felício: A morte dessas pessoas é exemplo trágico do choque entre os dois modelos de desenvolvimento. A não implantação dos projetos de assentamento deixou esses líderes vulneráveis diante de madeireiros, fazendeiros e grileiros.

O projeto de desenvolvimento sustentável Esperança, concebido pela Irmã Dorothy é o hoje o melhor projeto de assentamento da Amazônia. As pessoas que eu vi entrando, sem nem terem calça comprida, hoje possuem motos e carros que retiram a sua própria produção de cacau, em sistemas agroflorestais.

Falta uma política voltada para os povos da floresta. Nosso banco público de desenvolvimento financia bilhões de reais para atividades predatórias na Amazônia e migalhas para os projetos como os que Zé Claudio, Maria e Dorothy desenvolviam.

GREENPEACE: O Sr. é amazônida, tem uma história rica de trabalho na região, mas viveu alguns anos no sudeste do País. Na sua visão, o que acha que pode aproximar os cidadãos dos grandes centros urbanos da realidade tão desconhecida da Amazônia?

Felício: Não existe solução fácil. Minha experiência mostra que o Brasil não conhece a Amazônia. Os povos da floresta ainda são invisíveis. É uma pena. Há uma riqueza cultural imensa nos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.

Tento, de minha parte, retirar os povos da floresta da invisibilidade. Sei que muitas dessas decisões equivocadas sobre o desenvolvimento da Amazônia são determinadas pelas empresas que financiam campanhas eleitorais. Mas não só. Isso vem também do desconhecimento da maior parte da população brasileira sobre o que é verdadeiramente a Amazônia. O Brasil ainda não descobriu a delícia de ser um país pluriétnico.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

24 Sindsep promoverá debate sobre a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena
SÍTIO BV News, 15.10.2014

O encontro acontecerá no Auditório da OAB Roraima a partir das 19 horas

Por - Redação

Nesta quarta-feira o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Roraima (Sindsep-RR) vai promover uma reunião com os servidores que atuam na Saúde Indígena, lotados no Dsei-Yanomami, Dsei-Leste e Casa do Índio, para debater sobre a proposta do Governo Federal em criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). O encontro acontecerá no Auditório da OAB Roraima a partir das 19 horas.

Segundo o vice-presidente do Sindsep Roraima, José Carlos de Oliveira Gibim, o sindicato é contra a criação do INSI porque os servidores não foram ouvidos sobre o assunto e a proposta de criação do tal instituto fere a luta histórica da categoria em defesa de um serviço público de qualidade com defesa dos direitos dos servidores.

Gibim comentou ainda que a proposta de criação do INSI é uma afronta à Constituição Federal, pois descarta a realização de concurso público, prevê compras fora da lei de licitação, além da terceirização do serviço público. "Isso tem redundado na precarização do serviço público prestado à população, que já sofre por falta de investimentos no setor", acrescentou.

No final do encontro será feito uma Nota de Repúdio ao Governo Federal em relação à criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena.

25 Guerreiros e índios

SÍTIO O POVO ONLINE, 15.10.2014



Ana Karine Ribeiro, 24, professora há quatro anos

Antes da aula, no lugar no hino nacional, a dança do toré. Na aula de Ciências, saber sobre plantas e seus benefícios medicinais. Ou chamar o cacique para dar a aula do dia. Na Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Marcelino Alves, a Matemática pode ser ensinada com a contagem de sementes e as formas geométricas podem ser desenhadas no corpo. “Eu cresci ouvindo meus colegas brincarem, dizendo para os outros terem cuidado com a flecha”, contou Ana Karine, índia da comunidade Tapeba, professora e estudante do curso de licenciatura intercultural da UFC.

“Sempre vi o sofrimento do aprendizado onde o aluno sente e só escuta o que o professor diz. Hoje, com meus alunos, a gente trabalha com roda de conversa, faz trabalho de campo, senta debaixo da árvore”, conta. Ana Karine acredita que o maior diferencial é fazer com que as crianças aprendam de acordo com o cotidiano vivido por elas. “No infantil, por exemplo, posso fazer a contagem com gravetos e as sementes, que vai ser de mais fácil compreensão”, detalha.

Uma das missões de Ana Karine é mostrar para os alunos (índios ou não) que, antes dos portugueses descobridores que estão nos livros, eram seus antepassados que povoavam o Brasil. “Acho que minha grande missão é ajudar a formar cidadãos brasileiros e guerreiros da luta indígena. E para isso o aprendizado deles precisa trazer suas raízes”, afirma a professora. Ana Karine faz valer o pensamento que afirma “estarem no passado as respostas para o que se vive no presente e as forças para solucionar alguns problemas do futuro”.

26 Moradores da área de Cajueiro denunciam empresa de vigilância
SÍTIO 180 GRAUS, 15.10.2014



Moradores da comunidade Cajueiro e adjacências, localizada na zona rural de São Luís, interditaram na manhã de ontem os dois sentidos da BR-135, nas proximidades da Vila Maranhão, em protesto contra uma empresa de segurança privada que estava atuando ilegalmente há três meses na região e intimidando os moradores.

Os manifestantes montaram barricadas em ambos os sentidos da rodovia por volta das 4h e liberaram às 9h30, depois que a Polícia Federal (PF) prendeu em flagrante quatro dos seguranças dessa empresa. A interdição causou prejuízos a motoristas e motociclistas que precisaram passar pela rodovia no início da manhã.

O território ocupado pela comunidade do Cajueiro tem pouco mais de 600 hectares e está inserido na área destinada à criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

Fonte: O Estado do MA

Publicado Por: Igor Leonardo

27 Vitória Quilombola: aprovada na Câmara dos Deputados emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR e repara injustiça na cobrança do Imposto
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Foto: Carlos Penteado

No [blog da Comissão Pró-Índio](#)

A cobrança indevida do Imposto Territorial Rural- ITR de comunidades quilombolas penaliza centenas de famílias com terras já tituladas. Entre os casos mais graves está o das famílias quilombolas das Ilhas de Abaetetuba no Pará que acumulam, em nome da sua Associação, uma dívida ativa de mais de R\$ 18 milhões de cobrança do ITR.

Esta dívida injusta e impagável, além do constrangimento moral, impede a obtenção por parte da Associação da certidão negativa junto à Receita Federal, necessária ao acesso a diversas políticas públicas. Os quilombolas ficam impedidos, por exemplo, de acessar o programa Minha Casa Minha Vida, que beneficiaria 500 famílias das mais de mil que participam da Associação.

Outras comunidades como Óbidos e Oriximiná, ambas no Pará, enfrentam problemas parecidos na justiça. E todas as comunidades quilombolas no Brasil estão sujeitas a esta cobrança indevida porque a legislação que rege a incidência do ITR, de 1997, desconsiderou a norma constitucional que garantiu o direito dos quilombolas à titularidade de suas terras. Esta Lei já deveria à época ter isentado as terras coletivas quilombolas porque elas não se enquadram na lógica da propriedade rural com fins eminentemente

CONT.



produtivos ou especulativos, que é o objeto de incidência do ITR.

Esta injustiça tributária está prestes a ser reparada: ontem (14/10) foi aprovada uma emenda (artigo 82) na Medida Provisória Nº 651/14 que trata de matérias tributárias garantindo a isenção do imposto em terras quilombolas e a remissão das dívidas indevidamente cobradas.

A inclusão da emenda é resultado da articulação dos quilombolas de Abaetetuba, juntamente com a CNBB, Movimento Sem Terra, Inesc, Comissão Pró-Índio de São Paulo e Abra para sensibilizar parlamentares aliados para o problema e reivindicar uma solução urgente. Na reunião conjunta destas organizações e deputados aliados, ocorrida no dia 06 de junho de 2014, na sala da liderança do PT, o Deputado Vicentinho (PT/SP) Líder do Partido na Câmara, recebeu as organizações e se comprometeu com a defesa da emenda sugerida pelas organizações sociais presentes.

Assim, comemoramos esta vitória quilombola e reconhecemos publicamente o empenho do Líder Vicentinho na defesa da emenda, assim como do relator da matéria o Deputado Newton Lima (PT/SP) que a incluiu na MP. Reconhecemos também a sensibilidade do governo Dilma que apoiou a iniciativa do Líder do PT de construir as bases de apoio político para que a emenda fosse incluída e aprovada.

Esperamos agora que a MP seja aprovada no Senado, o que deve ocorrer até o dia 06 de novembro, para que este capítulo de injustiça tributária contra os quilombolas possa ser de uma vez por todas superado.



28 MS – Ameaça a líder guarani-kaiowá reascende alerta sobre violência contra indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

Na última sexta (10), índio foi surpreendido por homem armado quando retornava para a aldeia. MPF investiga autoria da ação.

O [Ministério Público Federal \(MPF\) em Mato Grosso do Sul](#) recebeu na última sexta-feira (10) relato de ameaça contra liderança indígena guarani-kaiowá. O índio, morador da aldeia Guyra Kambi'y, em Douradina, sul do estado, ao retornar de reunião realizada na Prefeitura do município foi abordado por um homem desconhecido, que após questionar nomes de líderes da comunidade, exibiu armas e deixou o alerta: “com isto aqui a gente resolve o problema”.

O estranho continuou acompanhando o índio até a entrada de uma vila, quando a bicicleta em que estava apresentou problemas na corrente, que o fez parar e possibilitou a fuga da liderança. O Ministério Público Federal já iniciou a investigação para identificar o autor da ameaça.

Histórico de violência

Essa não é a primeira vez que líderes de comunidades indígenas são ameaçados em Mato Grosso do Sul. A violência na luta pela terra já resultou na inserção de índios no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, da Secretaria de Direitos Humanos Presidência da República, e trouxe ao estado militares da Força Nacional.

Nos últimos anos, os guarani-kaiowá acumulam episódios de ameaça e de retirada forçada de seus territórios tradicionais. No ano de 2012, homens armados cercaram acampamento Arroyo Korá, em Paranhos, que reunia cerca de 400 indígenas. Tiros foram disparados e as colheitas da comunidade, queimadas. Um índio desapareceu.

Em 2011, o cacique Nísio Gomes foi executado com tiros na cabeça na comunidade indígena Guaiviry, no município de Amambai. No mesmo ano, índios do acampamento Puelito Kue, em Iguatemi foram atacados por pistoleiros. Vários indígenas ficaram feridos e o acampamento, às margens de uma estrada vicinal, foi totalmente destruído.

Em setembro de 2009, os guarani-kaiowá de Curral do Arame, na BR 463, a 10 km de Dourados, foram agredidos por um grupo de homens que entrou no acampamento atirando em direção aos barracos. Um

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 185/ 2014

Brasília, 15 de outubro de 2014.

índio de 62 anos foi ferido por tiros; outros indígenas, agredidos; e barracos e objetos foram queimados.

Um mês depois, em outubro de 2009, os professores indígenas Jenivaldo Vera e Rolindo Vera foram mortos durante expulsão do Tekoha Ypo'í, na Fazenda São Luiz, em Paranhos. Os dois professores foram mortos e os corpos, ocultados. O corpo de Jenivaldo foi encontrado uma semana depois dentro no Rio Ypo'í, próximo ao local do conflito. Rolindo Vera jamais foi encontrado.